

**UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
“UMA UTOPIA CONCRETA”?**

Eixo: Movimento operário e organização de classe

Kelma de Freitas Felipe Ribeiro<sup>1</sup>

**RESUMO**

A pesquisa resulta de uma análise referente às novas configurações no mundo do trabalho e o surgimento da Economia Solidária. No intuito de compreender este modelo de produzir, a pesquisa foi desenvolvida na região do Grande Bom Jardim no município de Fortaleza/Ce, tendo como referência as ações desenvolvidas pela FUNDESOL. O público-alvo foi composto por técnicos e usuários utilizando-se de pesquisa bibliográfica e de campo com a aplicação de entrevistas. Neste estudo foi possível concluir que diversos são os entraves que dificultam o desenvolvimento da Economia Solidária. Não obstante, continua firme a esperança na efetivação de uma nova forma de organização da comunidade, da produção e do consumo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho, Desemprego, Economia Solidária.

**ABSTRACT**

The research results from an analysis regarding the new settings in the world of work and the emergence of the solidarity economy. In order to understand this model to produce the survey was developed in the region of the great Bom Jardim, municipality of Fortaleza/Ce, having as reference the actions developed by the FUNDESOL. The target audience was composed of technicians and users using bibliographic and field research with interviews. In this study it was possible to conclude that several are obstacles that hinder the development of solidarity economy. Nevertheless, remains steadfast hope in consummation of a new form of community organisation, production and consumption.

**KEYWORDS:** Work, Unemployment, Economic Solidarity.

**Introdução**

Para se falar em Economia Solidária, é preciso compreender o contexto econômico e social vivido pela população no mundo do trabalho, o qual, desde a década de 1980, passa por

---

<sup>1</sup> Formação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará – UECE com especialização em Administração e Planejamento de Projetos Sociais pelo Instituto Aleixo e mestrado em Política Pública e Sociedade também pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Atualmente, trabalho no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia-Campus Limoeiro do Norte. Endereço eletrônico: [kelmaff@yahoo.com.br](mailto:kelmaff@yahoo.com.br).

mudanças que levaram à vivência de experiências como o desemprego, trabalhos terceirizados, temporários e experiências de cooperativismo.

Neste contexto, a classe que vive do trabalho se submete às condições impostas pelo mercado, enfrentando a flexibilização da produção e a perda dos direitos trabalhistas para não se inserir na categoria dos supranumerários, denominação utilizada por Castel (1998) para classificar as pessoas que, segundo o sistema capitalista, não servem nem para serem exploradas.

A escolha desta temática, abordando categorias como o mundo do trabalho e a Economia Solidária, ocorreu em razão de breve, mas ao mesmo tempo significativo conhecimento das consequências advindas do desemprego, quando da realização de uma pesquisa, no ano de 2004, para defesa de monografia na graduação em Serviço Social, intitulada “Situação de Desemprego: implicações na subjetividade e nas relações sociais dos trabalhadores em condição de desemprego”.

Mencionado estudo sobre as consequências do desemprego produziu em nós, de imediato, um encantamento pela proposta da Economia Solidária, da qual tomamos conhecimento no ano de 2005. Em verdade, enxergar a realidade vivida pela classe trabalhadora na situação de desemprego causou-nos intenso impacto. Durante e após a pesquisa em relação ao desemprego, passamos a nos questionar constantemente sobre a necessidade de se criar mecanismos da gestão do trabalho que pudessem inserir a população – classe que vive do trabalho - de maneira mais ativa em sua comunidade, formulando opções que lhes possibilitassem geração de renda para garantir as necessidades básicas e qualidade de vida.

Desta forma, buscamos desde o ano de 2004, compreender o mundo do trabalho e suas mudanças, na tentativa de averiguar os impactos ocasionadas nos modelos de organização e produção, e assim descobrir a importância da Economia Solidária como estratégia para disseminação da consciência de que é possível desenvolver uma nova economia baseada na ética, na solidariedade e no desenvolvimento local em busca de “sociedade pós-capitalista”.

Em razão, pois, dessa proposta de organização da sociedade e das formas de produção e consumo, analisamos neste trabalho a experiência da Economia Solidária, desenvolvida na Região do Grande Bom Jardim, em Fortaleza. Na pesquisa, procuramos compreender as possibilidades e limites da Economia Solidária e as modificações na vida pessoal e comunitária - organização econômica e social -, por intermédio da inserção em um mercado solidário, que tem por base princípios de solidariedade e autogestão, na busca da geração de renda e do desenvolvimento local.

Para chegar a estas respostas, buscamos conhecer a dinâmica das ações da FUNDESOL - Agência de desenvolvimento local e socioeconomia solidária; identificar seus trabalhos na comunidade em relação aos princípios de solidariedade, autogestão e cooperativismo; compreender as mudanças mais significativas na vida pessoal e comunitária dos clientes das linhas de financiamento; e analisar as expectativas dos clientes em relação à experiência da Economia Solidária.

A escolha do Grande Bom Jardim como campo de pesquisa ocorreu por ser essa uma região muito pobre e populosa, localizada na periferia de Fortaleza, mas que, ao mesmo tempo, tem um diversificado envolvimento com trabalhos sociais, sendo considerada uma das regiões que tem maior organização popular, registrando cerca de 100 entidades que lutam por mudanças efetivas na vida dos moradores.

Na pesquisa, a predominância da abordagem qualitativa se justifica por acreditarmos que os sujeitos pesquisados são parte integrante do conhecimento. Esses apresentam um saber prático da realidade, da experiência cotidiana. Eles é que identificam os problemas e buscam soluções. E, por isto, como expressa Chizzoti (2006, p. 83), “As ações de intervenção na realidade não são, necessariamente, consensuais; devem sempre ser negociadas para se adequar às possibilidades concretas do contexto, das pessoas e das condições objetivas em que devem ser postas”.

Para o desenvolvimento desse estudo, os procedimentos teórico-metodológicos utilizados foram: *pesquisa bibliográfica* e *pesquisa de campo*, buscando conhecer as publicações pertinentes, aprofundar o conhecimento sobre a realidade do Grande Bom Jardim e a experiência da Economia Solidária desenvolvida pela FUNDESOL.

Durante a pesquisa de campo, os instrumentos empregados foram *diário de campo* e *entrevistas semi-estruturadas*, no intuito de registrar todas as informações oriundas de cada conversar, obter dados mais detalhados sobre a política de trabalho da FUNDESOL, conhecer as linhas de financiamento, as entidades e os comércios parceiros e as mudanças e significados vividos por meio da experiência da Economia Solidária em busca do desenvolvimento local e da inserção no mercado de trabalho solidário sob novas formas de organização da produção e do consumo. Em relação às entrevistas semi-estruturadas, foi realizada um total de 25, sendo com gestores da FUNDESOL, representantes de associações comunitárias, comerciantes parceiros e clientes da FUNDESOL.

## **As Mudanças No Mundo Do Trabalho E A Proposta Da Economia Solidária**

O capitalismo industrial e, posteriormente, o capitalismo monopolista ocasionaram diversas mudanças nas formas de organização dos modelos de produção e na vida da classe que vive do trabalho.

Na grande indústria, durante quase todo o século XX, predominou o processo produtivo Taylorismo/ Fordismo. Segundo Antunes, este processo produtivo caracteriza-se da seguinte forma:

...mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir faire* do trabalho, suprimindo a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerência científica. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva (2002 b, p. 37).

Já no mundo contemporâneo predomina o modelo toyotista onde se estabelece estrutura horizontalizada, transferindo a terceiros grande parte da produção; uma produção vinculada à demanda, visando a atender as exigências mais individualizadas do mercado consumidor; o processo produtivo flexível; um aproveitamento do tempo de produção por meio do *just in time*; utilização do sistema de Kanban com estoques mínimos; implantação de empresas com realização de trabalhos com os Círculos de Controle de Qualidade apropriando-se do “*savoir faire*” intelectual e cognitivo do trabalhador (ANTUNES, 2002 b).

Analisando, a realidade do mundo do trabalho após a era da acumulação flexível e da empresa enxuta verifica-se que cresce o desassalariamento mediante novos processos de produção e de inserção do trabalhador no mundo produtivo.

Em decorrência do declínio do Estado de Bem-Estar Social, do domínio das políticas neoliberais no século XX, do desemprego estrutural trazido pela globalização e do desemprego tecnológico ocasionado pelas mudanças nos modos de produção, uma parcela da classe trabalhadora faz a opção por uma forma alternativa de produção denominada práticas de economia solidária.

Singer assinala que datar a revivência da Economia Solidária é algo difícil, pois ela ocorre em momentos distintos em cada país. É aceitável o fato de que a data provável para seu ressurgimento seja 1956, quando o padre José Maria Arizmendiarrreta fundou a primeira cooperativa de produção na pequena cidade basca de Mondragón, na Espanha (SINGER *apud* CATTANI, 2003).

Como na região de Mondragón o desemprego era grande, o agrupamento cooperativo foi à alternativa para a inserção dos trabalhadores no mercado por meio da Cooperativa

ULGOR – fábrica de fogões, aquecedores, cozinhas industriais e outros equipamentos dessa natureza (SINGER, 2002).

Após essa experiência, outras iniciativas foram realizadas em diversos países, dentre as quais a de Bangladesh, um dos países mais pobres, que, nos anos 1970, criou o Grameen Bank<sup>2</sup> – um banco popular que concede créditos solidários a grupos de pessoas pobres (MELO NETO e MAGALHÃES, 2003).

Já na realidade brasileira vivida pela “classe-que-vive-do-trabalho” nos anos 1980/90, é possível identificar o aparecimento da Economia Solidária mediante iniciativas de órgão ligados à Igreja, como a Cáritas, de movimentos dos trabalhadores sem terra (MST), de Associação dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG) e da Agência de Desenvolvimento Solidária (ADS) / CUT.

Diante desta realidade, a Economia Solidária aparece como uma possibilidade de mudança no modo de produção e organização popular – alternativa ao sistema capitalista, mesmo tendo ciência de suas limitações, pois, segundo Singer a Economia Solidária...

[...] não é uma panacéia. Ela é um projeto de organização sócio-econômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – mas não eliminação – destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas solidárias entre produtores e entre consumidores (2001, p. 09).

Segundo Singer (2002), para realizar o movimento da Economia Solidária o primeiro passo não é o apoio do Estado, mas sim o envolvimento e a vontade dos indivíduos na efetivação de trabalhos que estejam vinculados ao coletivo, à solidariedade, ao mutualismo, em busca da auto-emancipação. O advento da Economia Solidária busca modificar, mais uma vez, o mercado, reinstaurando as trocas cooperativas, complementares e sinérgicas.

### **Estudo de caso: a experiência da economia solidária na região do grande Bom Jardim**

O Município de Fortaleza é dividido em seis regiões administrativas definidas geograficamente para facilitar a gestão pública. O Grande Bom Jardim está situado na

---

<sup>2</sup> O "[Grameencredit](#)" (crédito do Banco Grameen) baseia-se na premissa de que os pobres têm habilidades profissionais não utilizadas, ou subutilizadas. Definitivamente, não é a falta de habilidades que torna as pessoas pobres. Diz Yunnus que “as pessoas se tornam pobres porque as estruturas financeiras do país não tem a disposição de ajudá-las. Sendo a pobreza um problema estrutural e não individual” (YUNNUS, 2002 apud ARROYO, 2006, p. 75).

Secretária Executiva Regional V e possui uma população de 175.144 mil habitantes (PIRES; BENEVIDES, 2007).

Localizado na zona oeste do Município de Fortaleza, o Grande Bom Jardim é uma região composta por cinco bairros oficialmente reconhecidos - Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Siqueira e Canidezinho -, além de outras comunidades não registradas nos mapas oficiais de Fortaleza, mas que são demarcadas pelos moradores dessa região.

Somente nas décadas de 1970/80 foi que a região do Grande Bom Jardim apresentou uma elevação no número de habitantes. O êxodo rural foi um dos principais fatores para o seu povoamento. A ocupação, sem nenhum planejamento urbano, ocasionou problemas habitacionais, com a aglomeração de casas e ocupações desordenadas; ambientais, com poluição de ruas e do rio Maranguapinho, que acentuaram problemas de saúde, sociais e econômicos, sobretudo em razão da baixa renda dos moradores dessa área (CENTRO DE DEFESA A VIDA HERBERT SOUSA, 2008).

As primeiras ações vinculadas à proposta da Economia Solidária surgiram mediante atuações do Centro de Defesa a Vida Herbert de Souza – CDVHS no ano de 1997. Somente no ano de 2000 é que se criou a FUNDESOL - Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária -, por meio do projeto “Renda Mínima”, o qual tinha a finalidade de promover o desenvolvimento socioeconômico solidário das famílias pobres, oferecendo microcrédito e cursos profissionalizantes.

Atualmente, seu público beneficiado é representando por todos os moradores da Região do Grande Bom Jardim, os quais, para se inserir em algum dos projetos da FUNDESOL, precisam ter algum vínculo com as entidades sociais (critério utilizado pelo CREDSOL) e/ou formar grupos (critério utilizado pelo MICROSOL) no intuito de aguçar na comunidade a importância do trabalho coletivo, da ideia de solidariedade.

- O Cartão de Crédito Solidário – CREDSOL

Surgiu da constatação das dificuldades dos empreendimentos gerados pela FUNDESOL em ampliar sua rede de consumidores e da compreensão política sobre a importância de fortalecer a cadeia solidária entre o consumidor-produtor-comerciante, estimulando nova cultura de consumo local e solidário.

Cada cartão tem o limite entre 50 e 1.000 reais e o critério utilizado para fornecimento do cartão é, prioritariamente, a renda familiar, tendo o cliente que apresentar, no mínimo, renda de 1 salário mínimo. O cartão não tem anuidade e, em caso de atraso no pagamento, é

cobrada apenas uma taxa de juros de 1% ao mês, no intuito de incentivar as pessoas a responsabilizarem-se pelos compromissos assumidos.

O credenciamento do comércio e demais empreendimentos ao CREDOSOL acontece da seguinte forma: após a aprovação do cadastro dos clientes de um determinado bairro, é marcado um encontro para que se possa discutir/propor os empreendimentos que devam fazer parte da lista de credenciados ao cartão de crédito. Depois de realizada essa enquete, técnicos da FUNDESOL se dirigem aos empreendimentos sugeridos durante o encontro comunitário para que possam apresentar seus trabalhos desenvolvidos; a importância do cartão de crédito para o desenvolvimento local e as vantagens obtidas pelo empreendimento ao aceitar este cartão, visto que aumentará sua lista de clientes. Atualmente, existem 26 empreendimentos credenciados ao recebimento do CREDOSOL, sendo: supermercados, mercadinhos, churrascaria, farmácia, posto de gasolina e algumas pequenas lojas.

- O MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO

É utilizado para financiar os arranjos produtivos solidários, os quais buscam desenvolver cadeias produtivas que tenham por base a produção sustentável, o consumo ético e o comércio justo.

Segundo o gerente de Microfinanças,

(...) na verdade os Arranjos Produtivos Solidários são grupos produtivos que dependem uns dos outros para a produção, comercialização e divulgação de seus produtos, de forma que estes possam conquistar o mercado por intermédio do estabelecimento de uma Rede Solidária. A utilização deste termo originou-se pela compreensão de que a formação de Arranjos Produtivos Solidários representaria a união entre todos os grupos produtivos financiados pela FUNDESOL desenvolvendo assim cadeias produtivas que estão preocupadas com a organização dos trabalhos e com a promoção de relações igualitárias e cooperativas entre grupos e sócios.

Atualmente, há 77 pessoas beneficiadas com o MICROSOL, sendo estes divididos em quatro arranjos produtivos solidários, formados, em sua maioria, em setembro de 2007 e obedecendo aos seguintes seguimentos: confecção, alimentação, serviços e entretenimento.

Dos quatro arranjos produtivos 03 são grupos produtivos solidários (*Slogan* Serigrafia e Brindes, 2- Diferentes Festas e 3- Espaço Infantil Tia Leca sendo esses financiados com recurso que a FUNDESOL tem em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária- SENAES e com a Associação Tempo Novos. Eles beneficiam diretamente 12 pessoas moradoras da região do Grande Bom Jardim que, em decorrência das dificuldades de inserção no mercado formal, optaram pela formação de grupos produtivos inseridos na

proposta da Economia Solidária) e 01 é denominado apenas de grupos solidário (formado com a união de pessoas que, juntas, solicitam crédito na FUNDESOL para investir em seus projetos de trabalho na perspectiva de solucionar problemas de finanças; são grupos de aval solidário. Eles beneficiam diretamente 65 pessoas moradoras da região do Grande Bom Jardim, estando estes segmentados em quatro grupos: 1- confecção; 2- alimentação; 3- construção civil; 4- multi serviços com pinturas e eletricidade. Todos são financiados com recursos que a FUNDESOL tem em parceria com a ONG Tempos Novos).

Metodologicamente todos os arranjos produtivos solidários passam pela seguinte dinâmica: 1º- realização da palestra informativa; 2º- apresentação do projeto de trabalho pelo grupo que solicita o empréstimo; 3º- avaliação da proposta por técnicos da FUNDESOL; 4º- concessão do microcrédito; 5º- monitoramento dos grupos.

## **Resultados E Discussões**

Segundo relatos dos entrevistados foi à comunidade que solicitou a criação de trabalhos voltados para a geração de renda, de incentivo aos pequenos empreendedores com a criação do Crédito Solidário – CREDSOL e o Microcrédito Solidários – MICROSOL. Segundo a fala de um dos entrevistados,

O CREDSOL dá a chance para as pessoas de nossa comunidade ter poder de compra. Foi uma oportunidade que as pessoas mais pobres tiveram [tem] para ter um cartão de crédito. Na verdade ter um cartão é moda e na periferia como era mais difícil ter um cartão de crédito por causa da não comprovação de renda [registro na carteira], o desemprego era e continua sendo muito grande, conseguir ter um cartão era muito difícil. A maioria dos moradores de nossa comunidade ocupa empregos informais (Comerciante local A).

Em relação ao impacto das políticas de financiamento na comunidade, percebe-se na fala dos sujeitos pesquisados que, até mesmo, o trabalho de mobilização e organização de associações, comércio e pequenos empreendedores possibilitou uma mudança na organização local, porquanto as entidades envolvidas com a proposta da difusão da ideia da Economia Solidária (por meio do cartão e do microcrédito) passaram a ter uma visão mais aberta e humanizada, por compreender que a oportunidade oferecida aos moradores leva ao crescimento do bairro.

Todavia, em relatos, estes mesmos sujeitos pesquisados apresentaram várias questões que, ao longo do processo de concretização desta proposta, dificultaram os trabalhos. Dentre as situações sinalizadas destacaram-se: a) dificuldade de acesso aos créditos e juros de 3% em caso de atraso no pagamento; b) o distanciamento dos gestores da FUNDESOL em relação à

comunidade; c) dificuldade para efetivação dos pagamentos do financiamento, em virtude da centralização na sede; d) não-investimentos em pequeno comércio, pequenos produtores, em relação ao recebimento do cartão ou financiamento, sendo investido, prioritariamente, em empreendedores que já possuem certa estrutura.

Em relação à dificuldade de acesso ao crédito, os entrevistados relataram:

Em relação à questão dos empréstimos eu vejo assim quando eu vou em busca de um empréstimo é porque a caixa econômica só me empresta se eu tiver um carro ou uma casa. Ai é que entra a FUNDESOL. A caixa não é solidária, mas o nosso banco tem que ser. É de pobre para pobre. Estaria errado se o J. Macedo viesse pedir dinheiro ai na FUNDESOL, mas uma pessoa da comunidade pedir, acho que todos deveriam ter uma oportunidade. É claro que é preciso ter alguns critérios para que esse recurso possa retornar para a FUNDESOL e seja emprestado a outras pessoas, mas o investimento nos pequenos negócios deveria ser maior (Líder de associação D).

Os juros em relação aos empréstimos é obstáculo para a maior expansão dos financiamentos. Estes relatam que investir em grandes projetos é uma coisa, mas investir na “Dona Maria da cocada” é outra. Ela não tem condições de pagar juros de 3% caso atrase seu pagamento. É claro que consideram importante o trabalho de conscientização referente ao cumprimento de suas obrigações, mas acredita também ser preciso verificar que tipo de orientação está sendo oferecida para que os clientes de financiamento aprendam a organizar seu negócio e, assim, tenham condições de honrar seus compromissos - pagamento do débito.

De acordo com os representantes das associações e do comércio, o fato de os gestores da FUNDESOL se concentrarem somente na sede, localizada no Canidezinho, faz como que o trabalho não ganhe força, não seja visto nem sentido pela comunidade (representantes de associações, comerciantes e moradores). E a centralização dos pagamentos na sede é outra questão apresentada pelos parceiros, pois implica diretamente a participação da comunidade nestas linhas de financiamento em razão dos gastos gerados com passagem, caso queiram continuar com seu cartão ou financiamento.

A quarta questão sinalizada como fator de empecilho para a concretização da proposta da Economia Solidária foi o fato de a FUNDESOL não investir com maior intensidade no credenciamento dos pequenos produtores ao recebimento do cartão, assim como no financiamento de pequenos trabalhadores informais.

Toda quarta-feira aqui tem feira livre, já pensou se todos esses feirantes aceitassem o cartão, como seria bom. É feirante demais. As pessoas iriam para a feira comprar seus alimentos com seu cartão de Crédito caso não tivesse dinheiro naquele dia. Seria um impacto muito maior. Agora eles

ficam vendo, pelo menos é o que eu acho, muito a questão de enrolar, e acabam não ampliando a rede de credenciado. Eu entendo que a proposta da Economia Solidária seria arriscar, arriscar em uma nova forma de organização e por isso se utilizar de todas as alternativas que possibilite a fixação da renda no bairro. Isso significaria um incentivo à expansão de trabalho, que mesmo sendo informal, são fontes geradoras de renda para os moradores do bairro (Líder de associação E).

Após estes relatos percebemos que realmente todos os estabelecimentos que visitamos eram de médio porte, bem estruturados e que também utilizam outros tipos de cartões de crédito. Não queremos aqui dizer que eles não contribuam para o desenvolvimento da experiência da Economia Solidária no bairro, pelo contrário, percebemos que a aceitação do CREDSOL em seus empreendimentos demonstra o quanto estes empreendedores estão envolvidos e abertos para apoiar trabalhos que possibilitam a garantia do direito do consumo a todos da comunidade. Cremos, no entanto, também que o investimento e o credenciamento de trabalhadores informais na utilização do CREDSOL possibilitariam aos pequenos empreendedores oportunidades concretas na comercialização de seus produtos.

No depoimento da maioria dos entrevistados em relação ao valor/significado atribuído à experiência da Economia Solidária, por intermédio das linhas de financiamento do Microcrédito e do CREDSOL, alguns assinalaram que consideram a Economia Solidária uma oportunidade capaz de fortalecer os trabalhos comunitários, ampliar pequenos negócios e ensejar renda e outros não fazem uma relação direta entre seus trabalhos e a experiência da Economia Solidária.

A Economia Solidária é um meio de ampliar alguns pequenos negócios aqui do bairro. Eu acredito que ela seja uma experiência velha, porque o trabalho em cooperativa, em grupos produtivos não é algo novo, mas somente agora está ganhando força. Aonde a gente vai, a gente escuta falar sobre Economia Solidária. E eu compreendo que esta questão da Solidariedade é utilizada no sentido de mostrar que a gente não esta só, outras pessoas estão nesta mesma caminhada e junto podemos fazer algo diferente. Juntos podemos discutir problemas e construir saídas. (entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário B).

Eu não sei dizer bem o que é Economia Solidária. Não sei falar muito sobre esse assunto. Mas aqui em nosso grupo é assim, tudo é compartilhado, responsabilidades, tarefas e distribuição da renda. Apesar de ser algo difícil de trabalhar, a gente vem conseguindo através da união entre os integrantes. Cada um tem a seguinte visão: eu tenho responsabilidades em relação ao grupo e se o grupo der certos ou errado todos nós somos os responsáveis por isto. Ninguém é patrão. Todos somos patrão uns dos outros. Esse é um trabalho de desenvolvimento de consciência (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário E).

Diante desse argumento, é possível compreender a Economia Solidária como um modelo de organização da comunidade e do trabalho (grupos de produção) – é uma nova forma de produzir dentro do sistema capitalista – vivenciada nas relações cotidianas. São formas de mobilização da comunidade em busca de estratégias que venham fortalecer a organização comunitária e promover o desenvolvimento local por intermédio do oferecimento de trabalho e renda.

Em relação ao sentimento de solidariedade vivido pelos clientes da FUNDESOL, durante entrevista, a maioria assinalou que a criação dos grupos produtivos e do CREDSOL, isto é, das oportunidades de financiamento, semeou a ideia da solidariedade na comunidade. Em virtude, entretanto, da preponderância da visão individual e competitiva imposta pelo sistema capitalista, o sentimento de solidariedade ainda não ganhou a dimensão que se busca na efetivação do comércio justo, solidário e cooperativo proposta pela Economia Solidária.

Em relação às mudanças de vida dos sujeitos entrevistados, após sua inserção nas linhas de financiamento da FUNDESOL, esses conseguiram mensurar aspectos negativos e positivos. Em relação aos aspectos negativos, foram relatadas as dificuldades vividas em virtude da instabilidade financeira, pois a incerteza impossibilita o ato de planejamento. Quando se trata dos aspectos positivos, os entrevistados apresentaram questões como: aprimoramento de habilidades profissionais; aprendizagem em relação ao trabalho em equipe, compartilhando vitórias e dificuldades; crescimento intelectual em decorrência da participação em cursos, palestras e oficinas; e conhecimento de novas pessoas ensejando troca de ideias.

### **Considerações Finais**

A realização desta pesquisa proporcionou-nos melhor compreensão dos processos que envolvem a Economia Solidária. Após este experimento, chegamos à conclusão de que esse modelo de organização da comunidade, produção e consumo, oriunda de setores populares e associativos, ainda se encontra de forma dispersa e fragmentária, o que dificulta a consolidação do projeto ideal da Economia Solidária - a “sociedade pós-capitalista”.

Em análise dos trabalhos desenvolvidos na Região do Grande Bom Jardim, por intermédio das ações propostas pela FUNDESOL à comunidade, notamos que são grandes as possibilidades para efetivação deste novo modelo de organização socioeconômica, em decorrência do potencial organizativo dessa comunidade.

De acordo com os dados da pesquisa, contudo, a experiência da Economia Solidária desenvolvida na região Grande Bom Jardim, ainda que não tenha tomado às dimensões desejadas, se apresenta de forma embrionária, pois com a formação dos arranjos produtivos solidários e do CREDSOL, foi semeada a ideia da solidariedade na comunidade, em busca pela fixação de renda e, conseqüentemente, promoção do desenvolvimento local e qualidade de vida. Esses trabalhos possibilitaram, segundo dados da pesquisa, o aprimoramento de habilidades profissionais; o crescimento intelectual por intermédio de instrumentos de qualificação profissional; e ensejou a troca de saberes e ideias.

Todavia, no momento, maiores são as limitações das experiências realizadas, haja vista o fenômeno da Economia Solidária se apresentar muito mais no plano das ideias do que na prática, tornando-a algo utópico; um sonho a ser conquistado. Uma explicação objetiva para o não-fortalecimento das ações propostas pela Economia Solidária é o fato de ela nascer das entranhas do sistema capitalista de produção, porém procurando organizar-se fora de suas matrizes constitutivas.

Durante as entrevistas, foram constatadas as seguintes dificuldades para a constituição do modelo de organização socioeconômico: a) falta de capital de giro; b) falta de acompanhamento sistemático por técnicos da FUNDESOL; c) dificuldades no escoamento da mercadoria (comercialização); d) pouca divulgação dos trabalhos desenvolvidos na comunidade; e) não-valorização dos produtos locais pelos moradores da região; f) incerteza financeira, instabilidade na remuneração; e g) poucos parceiros locais (rede de comércio e outros empreendimentos – ausência da rede solidária).

Todas essas dificuldades implicam diretamente a efetivação da Economia Solidária, pois adentrar um “mundo novo” exige coragem para enfrentar desafios e apoio constante para a elaboração de uma nova forma de organização social e econômica. Fazer parte de grupos solidários é algo desafiador, porque põe o indivíduo a desenvolver sua capacidade teleológica, para criação e recriação dos seus processos de trabalho.

### **Referências Bibliográficas**

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. 6 ed. São Paulo. Editorial Boitempo, 2002 b.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CATTANI, Antonio David (org). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CENTRO DE DEFESA A VIDA HERBERT DE SOUSA. Documento: **Diagnostico do Grande bom Jardim** - A região do Grande Bom Jardim: aspectos gerais. Fortaleza, Ceará. Dados obtidos via email por <cdvhs@cdvhs.org.br> no dia 24 de Abril de 2008.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MELO NETO, Joaquim João e MAGALHÃES, Sandra. **Bairro Pobres, Ricas Soluções: Banco Palmas, ponto a ponto**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003. 118p.

PIRES, Inácio José Bessa; BENEVIDES, Elayne Maria Mamede. Pesquisa **Fortaleza e o Emprego Formal**. Prefeitura Municipal de Fortaleza e Secretaria de desenvolvimento Econômico. Fortaleza – Ceará, 2007.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.